

★ GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA REGIÃO OESTE DA BAHIA ANÁLISE DOS DESAFIOS DE ACESSO, DEMOCRACIA, FRUIÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS GESTORES CULTURAIS

Diva Bonfim

Preta, mulher, afro-indígena e ribeirinha. Arte-educadora, gestora, produtora cultural, psicopedagoga, especialista em políticas públicas culturais com foco na interculturalidade e na pedagogia afrocentrada. Mestranda em Artes da Cena, 26 anos de dedicação aos setores da cultura e da educação. Pesquisadora de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, geraiseiros, quilombolas e os povos ciganos Calon no oeste da Bahia).

Resumo: Este artigo traz uma concisa análise das políticas públicas culturais na Bahia, com ênfase na região Oeste, destacando os desafios enfrentados por diversos grupos sociais, como produtores, agentes culturais, povos originários, ciganos e quilombolas. A apreciação enfatiza a importância do acesso, da produção e da fruição dos bens culturais para a promoção da diversidade cultural. E, uma breve análise das gestões da Secretaria de Cultura da Bahia, revelando avanços e retrocessos, sublinhando a relevância da territorialização e da inclusão de diferentes vozes nas decisões culturais. Além disso, o estudo aponta para a necessidade de formação qualificada para gestores culturais, que deve incluir conhecimentos sobre planejamento estratégico e financiamento da cultura.

Palavras-chave: Políticas públicas culturais; diversidade cultural; Bahia; inclusão social; gestão cultural.

MANAGEMENT AND CULTURAL PUBLIC POLICIES IN THE WEST REGION OF BAHIA:0

ANALYSIS OF THE CHALLENGES OF ACCESS, DEMOCRACY, ENJOYMENT, AND PROFESSIONALIZATION OF CULTURAL MANARGES.

Abstract: This article analyzes the cultural public policies in Bahia, with an emphasis on the Western region, highlighting the challenges faced by various social groups, such as producers, cultural agents, indigenous peoples, Roma, and quilombolas. The study underscores the importance of access to, production of, and enjoyment of cultural goods as a means to promote cultural diversity. It also provides a brief analysis of the management of the Bahia State Secretariat of Culture, revealing both advances and setbacks, while emphasizing the relevance of territorialization and the inclusion of different voices in cultural decision-making. Furthermore, the study points to the need for qualified training for cultural managers, which should include knowledge in strategic planning and cultural financing.

Keywords: Cultural public policies; cultural diversity; Bahia; social inclusion; cultural management.

Introdução

A cultura é um elemento fundamental para a identidade e a coesão social de uma comunidade. No Brasil, a diversidade cultural é um reflexo da pluralidade de grupos sociais, incluindo diferentes etnias, tradições e expressões artísticas. No entanto, as políticas públicas culturais frequentemente enfrentam desafios que limitam o acesso e a fruição desses bens culturais, especialmente em regiões menos favorecidas, em alguns territórios baianos e, neste estudo, enfatizando o território da Bacia do Rio Corrente, que se situa no macroterritório: Extremo Oeste Baiano. Composto pelos Territórios de Identidade: Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente – Oeste da Bahia.

A efetivação das políticas públicas no campo da cultura no país e nos estados tem historicamente uma organização e uma institucionalização frágeis. Diversos fatores contribuem para esta fragilidade, dentre eles cabe destacar: o autoritarismo vigente em diversos momentos da história do Brasil, as ausências de políticas públicas culturais efetivas, e a própria complexidade da formação e atuação dos agentes e dirigentes culturais (Rubim, 2007).

Este artigo procura analisar as políticas públicas culturais na Bahia, com foco na região Oeste, destacando os desafios enfrentados por diversos grupos sociais, como produtores, agentes culturais, povos originários, ciganos e quilombolas.

A pesquisa enfatiza a importância do acesso, da produção e da fruição dos bens culturais para promover a diversidade cultural, além de ressaltar a necessidade de uma formação qualificada para gestores culturais. “Os estudos sobre públicos da cultura, especialmente no âmbito das políticas culturais, são ainda bastante incipientes”. (Naussbaumer, 2001, p. 181).

A análise das gestões da Secretaria de Cultura da Bahia revela avanços e retrocessos, evidencian-

do a importância da territorialização e da inclusão de diferentes vozes nas decisões culturais. A partir dessa análise, serão discutidas propostas para fortalecer a cultura local, considerando as especificidades de cada grupo e promovendo um acesso equitativo à cultura.

O maior desafio hoje das políticas culturais é transformar nossas desigualdades históricas, de acesso e de manifestação, em diferenças que permitam a efetiva existência, convivência e preservação da rica diversidade cultural brasileira (Calabre, 2013, p. 295).

Divisão territorial da Bahia

1. Territórios de identidade

A constituição dos Territórios de Identidades (TI) aconteceu a partir de 2007. E a Secretaria de Cultura da Bahia-Secult/BA utilizou-se do conceito da Superintendência de Estudos Econômicos – SEI, que possibilitou a divisão territorial, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, lastreado pelo conceito de Território e adequando-se à **lógica cultural**.

Nessa circunstância, foram reconhecidos 27 Territórios de Identidades, demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, além de observar as populações como grupos sociais relativamente distintos, os quais indicam identidades, coesão social, cultural e territorial. Desse modo, a Secult/BA assumiu a Política de Territorialização da Cultura, em todas as suas instâncias, em atenção à diversidade de manifestações culturais dos Territórios de Identidades.

O Estado da Bahia se destaca em dados significativos para o campo do devir cultural, com profissionais qualificados para o setor cultural. Entretanto, há uma discrepância gigantesca no que se refere à gestão cultural no espelho dos 417 municípios em relação a esses dados.

Na região Oeste da Bahia, especialmente no território em análise dessa pesquisa, o atual cená-

rio revela ausência e escassez de pessoal com perfil para gerir a cultura conforme as exigências às quais o setor cultural demanda. Analisando este cenário, diante das fragilidades no setor cultural, seja pelos seus fazedores ou pelos seus fomentadores, é que procuramos suscitar reflexões para a compreensão da gestão e do fazer cultural na região. Isso, entendendo que na estrutura de uma instituição cultural é importante haver uma conformidade com os sistemas e legislação culturais vigentes no país, para que a mesma possa desempenhar o seu papel com maior eficácia e eficiência, seja em instituições públicas/privadas ou terceiro setor.

Ao pontuar esses fatores – institucionalização do campo, formação de pessoal, continuidade e participação ampliada – eles têm, em seu conjunto, um objetivo maior, ou seja, visam garantir a diversidade cultural, a escuta, a manutenção e a garantia das políticas culturais.

2. Território de identidade da bacia do Rio Corrente

O Território da Bacia do Rio Corrente é composto por 11 municípios com população total estimada em 201.803 habitantes (IBGE, 2022), correspondendo a 1,4% da população total do Estado da Bahia. São na sua imensa maioria (88%) pequenas cidades com menos de 25.000 habitantes, sendo o menos populoso, Brejolândia, com 9.108 habitantes, e o mais populoso é Santa Maria da Vitória, com 38.604 habitantes. O PIB total do território está estimado em R\$ 5.4 bilhão de reais (2020), correspondendo a 1.8% da economia baiana.

3. Contextos históricos, socioeconômicos e cultural

A bacia do Rio Corrente situa-se na região oeste da Bahia, está localizada em uma das extremidades do estado, limitando-se ao sul com a bacia do Rio Carinhonha (divisa com Minas Gerais), ao norte com a bacia do Rio Grande, a leste com o Rio São Francisco e a oeste com a bacia do Rio

Tocantins, limite da divisa entre os estados da Bahia e Goiás.

O Território da Bacia do Rio Corrente é o 23º território de identidade do estado da Bahia e a cidade polo Santa Maria da Vitória está a 930 km de Salvador (capital baiana). Visando o crescimento integrado da Bacia do Rio Corrente e da Bahia, no atual cenário de retomada ao fortalecimento das Políticas **Públicas** Culturais, aspira instrumentalizar os sistemas básico de cultura para orientação das estratégias e gerenciamentos do fomento à cultura territorial, a partir da implementação de programa, projetos e sistemas que viabilizem o desenvolvimento multiculturais da região.

Para isso acontecer, há necessidade da implementação do sistema básico de cultura, no que concerne à execução das políticas públicas culturais. Deste modo; buscará obter resultados de um amplo processo de articulação e organização do conjunto dos agentes atuantes no Território, tais como representantes de equipamentos, coletivos e grupos artísticos e culturais e da mesma forma com administração pública e a sensibilização das lideranças da sociedade civil, considerando que a disposição governamental em democratizar o acesso das políticas públicas nos Territórios, possibilita o crescimento da transversalidade cultural por meio de uma gestão social participativa.

Um dos requisitos essenciais para a vitalidade da institucionalização e da organização do campo cultural é a formação qualificada dos agentes de cultura em consonância com a realização de mapeamentos e diagnósticos das suas diferentes dimensões, a implementação e o fortalecimento das legislações de fomento e incentivo culturais no país. Sem isto, sistemas, fundos, incentivos, espaços de participação, entidades, representatividades, gestão e políticas culturais correm grande risco e perigo de não se efetivarem.

Ao associar a capacidade de crescimento e profissionalização do setor cultural ao processo de formação de seus agentes, torna-se fundamental refletir sobre os referenciais individuais e coletivos,

visando compartilhar o conhecimento específico do campo da gestão.

A atuação em gestão cultural requer conhecimentos diversos, domínio das ferramentas e do planejamento estratégico, conhecer as fontes de financiamento, de gerenciamento de espaços culturais e acompanhar as discussões amplas sobre temas relacionados aos conceitos contemporâneos do campo da cultura.

Neste sentido, há uma demanda de perfis profissionais específicos, capazes de olhar de forma estratégica e sensível para o campo de atuação, estando capacitado para ocupar funções diversas que surgem no setor cultural.

Nesta perspectiva, é dever de todos que buscam atuar no segmento cultural ampliar e qualificar a formação no campo da gestão e da produção cultural. Aliás, esta é uma demanda recorrente nas diversas conferências, fóruns, lives, encontros setoriais de cultura e outros espaços que dialoguem sobre a cultura realizados no país.

Sobre a profissionalização de indivíduos capazes de atuar na gestão cultural, é imprescindível que estes tenham a capacidade e compreensão da transversalidade e centralidade da cultura, de abeirar-se para alguns aspectos importantes em ampliar horizontes na discussão sobre a experiência de quem vive e trabalha no campo cultural. A partir de uma noção ampla de cultura, é possível incitar as reflexões sobre as conexões, os impactos, os conflitos, as aproximações e os distanciamentos com as mais diversas áreas, como educação, comunicação, direitos humanos, relações étnico-raciais, gênero, economia, turismo, ciência e tecnologia, saúde, justiça, segurança pública, dentre outras. Exemplo disso; é quando uma gestão prefere aportar milhões, somente para o “evento” do carnaval (espetacularização da indústria cultural), e não consegue garantir recursos e fomentos para os instrumentos e mecanismo de aplicabilidade com orçamento participativo, dando o mesmo entusiasmo “vontade”, para serem aplicados nas linguagens artísticas, que estão em evidência, como o teatro, dança, lite-

ratura, coletivos juninos e outras manifestações que firmam as riquezas culturais e dão visibilidade às identidades culturais locais. Oportunizando aos/as fazedores(as) de artes, trabalhadores (as) da cultura, obterem acesso, democracia, fruição e manutenção dos fazeres culturais; potencializando as políticas de arte e cultura com equidade e transparência ao uso dos recursos oriundos dos Fundos de Cultura, aplicados/repassados pela União e Estado, bem como os repasse obrigatórios dos incentivos municipais, para classe trabalhadora da cultura local.

As trabalhadoras e trabalhadores da cultura, os consumidores e fruidores, assim como a sociedade no geral, precisam compreender o campo da gestão cultural e sua importância para o desenvolvimento do país, desde a implementação e a execução das políticas públicas que promovam e garantam o desenvolvimento de um empreendimento ou localidade.

A importância dos estudos sobre políticas e gestão cultural se dá enquanto servem como instrumento de motivação para toda a cadeia produtiva da cultura, bem como para sensibilizar as empresas e os gestores públicos a buscarem novos olhares e comportamentos em direção à produção artística e à gestão cultural em seus municípios ou localidades. Além disso, sensibilizar os gestores municipais que ainda possuem uma visão equivocada sobre o campo da cultura.

Para difundir e implantar políticas públicas culturais é necessário investir no diálogo, no acesso, na profissionalização dos agentes, dirigentes, gestores e na democratização cultural. Sem essa concepção, as políticas para a cultura não se efetivam enquanto agentes de transformação. A implementação de políticas elaboradas a partir de escutas e diálogos com quem produz cultura, na perspectiva da coletividade, possibilitará envolvimento e desenvolvimento local, mudanças nas condutas e atitudes dos indivíduos para salvaguardar e preservar as manifestações populares, as linguagens artísticas e as dimensões culturais singulares de pertença de cada território

Os desafios dessa compreensão partem, principalmente, dos sujeitos que são colocados para o gerenciamento dos segmentos artísticos e direção da cultura nas instituições. A formação de agentes culturais públicos e comunitários coloca-se num contexto de novos requerimentos para o trabalho, associados a novas habilidades que não se restringem a aprender um ofício ou uma profissão, mas a desenvolver atividades de relação entre grupos e pessoas, colocando a necessidade de os trabalhadores da cultura entenderem não só a produção cultural, mas saber lidar com processos culturais das cidades e das comunidades.

Há muita necessidade de formação nessa área e o poder público exerce um papel importante ao investir na formação de agentes que implementem uma política cultural articulada a uma política mais ampla para o município, principalmente devido à carência de informação sobre as possibilidades de se trabalhar com atividades e programas culturais nas pequenas e médias localidades. Neste contexto, é preciso que haja efetiva compreensão de território ou de um pequeno município, mesmo que não se tenha muitos recursos. E neste sentido, é preciso valorizar o seu patrimônio artístico e cultural, mobilizar a capacidade criativa e a imaginação dos seus municípios, potencializando assim a economia criativa e a economia popular cultural.

Neste ponto, quando resolvemos agir sobre uma determinada realidade no ambiente da organização cultural tendo em vista transformá-la, precisamos otimizar os meios que temos para efetuar essa transformação, compartilhando nossos desejos, interesses e vontades como outras pessoas identificadas com as mesmas causas ou com a busca de soluções para os mesmos problemas, consolidando parcerias nas diversas etapas da nossa ação, dando uma dimensão coletiva aos nossos anseios.

Entendemos que há uma carência de profissionais habilitados para atuar na gestão cultural no território oeste da Bahia. Embora alguns gestores

tenham disponibilidade para compreender o potencial do campo da cultura, eles não possuem competências e habilidades suficientes para atender às demandas e necessidades culturais da atual conjuntura. A insuficiência de qualificação em gestão é perceptível e os resultados das intervenções no campo, por vezes, chegam a ser catastróficos.

A Cacica Rosivania, indígena da Aldeia Kiriri em Barreiras–BA, registra que sua comunidade só é procurada em “eventos”, explicando:

“Nós só somos procurados para mostrar as nossas manifestações, os nossos rituais... Quando tem um evento que vem alguma autoridade, aí eles querem fazer bonito e nos chamam para fazer uma apresentação, ou em datas que eles dizem: “*O dia do índio*”. Mas sobre algum benefício de fomento, nunca lembra da gente. Até achei que, com essa lei (Lei 14.017/2020), o município fosse nos mapear como representações culturais, porque sei que nós, indígenas, estamos inseridos nestes benefícios. Mas quem está com a parte da cultura nas localidades não pensou em nós.”

O trabalho de formação de agentes culturais deve produzir resultados de curto, médio e longo prazo, a cultura é o organismo vivo e requer planejamento para que se efetive em políticas públicas de estado e não de governo. A cultura não pode aceitar *a cultura dos eventos e das ações pontuais*. Esta é vetor de transformação, economia, social, ambiental e humano. Na verdade, esses resultados são cumulativos: complementam-se e criam possibilidades para novos resultados futuros. É importante ter em mente a diversidade dos segmentos artísticos e as atividades desenvolvidas, para evitar ineficiência dos projetos ou frustrações. Segundo aponta em suas contribuições, o professor, pesquisador e produtor cultural ¹Robson Vieira dos Anjos objetiva refletir experiências de cunho pessoal, profissional, de vida e performando nos espaços do território e com as territorialidades culturais:

“De modo geral, e com raríssimas exceções, o que chamamos de gestão na realidade fica caracterizado pela inexistência de direcionamento e, conseqüentemente, pela quase total ausência do mínimo que uma gestão de cultura precisa possuir para ser considerada como uma eficaz gestão de cultura. Reduzindo assim o potencial de governança de uma latente política a ações pontuais de assistencialismo cultural, ou seja, fortalecendo a política de balcão e na maioria das vezes nem isso. No bojo da inexistência, destaca-se a falta de ações no âmbito da municipalidade que visem a profissionalização dos dirigentes municipais de cultura. Considerando as três últimas gestões, foi possível observar ações pontuais realizadas pela Secult/BA sem aspecto de continuidade, prevalecendo assim o caráter da superficialidade. Tudo isso fruto de uma visão pouco esclarecedora que os gestores possuem acerca da cultura em seus vários aspectos e principalmente diante do poder gerador econômico, o que não é possível ser visualizado pela inexistência de dados nas instâncias municipais. Tal falta de conhecimento, que não é suprida nem mesmo com a constante “alfabetização” tentada pela classe artística, é incapaz de romper com essa visão arcaica e descabida que reduz a cultura quase exclusivamente à sua função “recreativa”. Diante disso, infelizmente, o que se vê de modo geral são os departamentos de cultura funcionarem como um cabide de emprego, ou seja, de trocas pelo apoio na eleição que passou ou na que virá. Isso em si não seria exatamente um problema se o perfil dos escolhidos para estarem à frente da pasta fosse técnico ou de mínimo interesse no assunto, o que não tem sido”.

Quanto ao acesso, democracia e a fruição dos bens materiais e imateriais culturais na região, ao aspecto analítico. Vieira, afirma:

“Para haver acesso, primeiro teria que existir políticas públicas de valorização e fruição. A inexistência dessas ações contribui para a inobservância da democracia cultural, sendo esta garantida, ao menos na letra da lei, como direito de todo e qualquer cidadão.

Considerando a realidade da Bacia do Rio Corrente, arrisco afirmar que não existe uma tradição de políticas públicas para a cultura em âmbito municipal. A fruição se dá por outras lógicas que precisam ser melhor estudadas. A bem verdade, de modo a estabelecer a justiça, destaca-se a existência de ações pontuais, a exemplo de oficinas e cursos de curta duração, incapazes de fechar a grande lacuna. Se olharmos do outro lado, o dos trabalhadores da cultura, vemos a prevalência da resistência e vanguarda, sobretudo no que compete às culturas populares, fortes na região, e que insistem em ser fruídas e democráticas. Não faço neste tópico distinção entre cultura material e imaterial. Primeiro porque essa diferenciação só faz sentido na prática sistematicamente pedagógica da compreensão, visto que não se sabe onde se dá essa diferenciação. Haja visto que a cultura compreende um todo completo, complexo e dinâmico. Portanto, a reflexão acima compreende as duas modalidades, ainda que não tenham sido usados exemplos figurativos de cada item. Desafios e avanços dos trabalhadores da cultura. Titânicos não são só os desafios do momento, não muito diferentes foram num passado muito próximo. Ainda assim, posso destacar alguns avanços no campo da cultura, como: a institucionalização da cultura em todas as cidades do Território; a presença do Estado, ainda que pontualmente, através da Secult/BA e suas várias vinculadas; os avanços institucionais nas três esferas de governo, dentre outros. Os avanços, no entanto, nos sinalizam também desafios. Porque há uma grande distância entre as políticas culturais conquistadas nas leis e a efetivação destas no palco e na vida dos artistas e demais membros da imensa cadeia produtiva da cultura. O maior desafio, a meu ver, é, sem dúvida, materializar todos os avanços conseguidos na legislação, o que leva tempo. Eu, que sou novo nessa luta, já espero há mais de 16 anos”.

Qualquer processo de gestão requer diretrizes, expertise, planejamento, execução e avaliação de resultados, e no vasto campo da cultura não é diferente. Neste caso, o grande desafio é construir

e implementar políticas consistentes e suscitar nos gestores o reconhecimento da necessidade de planejamentos sólidos, de implementação de políticas culturais de estado e não de governos, que não sejam desmontados a cada nova administração ou gestão em todos os níveis e estâncias de governabilidade, sendo os dirigentes culturais atores de governança, para não vir causar um ciclo contínuo de desperdícios de recursos humanos, financeiros e de trabalho.

4, Sistemas municipais de cultura – panorama da cultura território da bacia do Rio Corrente.

O território da Bacia do Rio Corrente compõe-se de 11 municípios frente às necessidades relativas para o funcionamento do CPF (Conselho, Plano, Fundo) da cultura.

Há dados correspondendo a 66% do total. De modo que existem informações básicas sobre ter legislações municipais vigentes que instituem os seus sistemas municipais de cultura. Atualmente, 10 municípios já assinaram protocolos de adesão e apenas 1 está em processamento.

Sendo que a maioria informa já ter iniciado o processo de formulação de seus sistemas, outros sequer têm conhecimentos ou dizem não ter encaminhamentos neste sentido. Semelhantes aos órgãos gestores de cultura, há municípios que têm a administração das políticas culturais alocadas como departamentos vinculados às Secretarias de Educação, Administração e Finanças, outros ligados a secretarias conjuntas com turismo, esporte e lazer, e há um número ínfimo que são secretarias específicas de cultura.

Em relação à existência de Conselhos municipais de Políticas Públicas Culturais, os conselhos ativos representam 88% do território. Considerando a soma de todos os conselhos ativos, o território conta com 43 conselheiros e 54 conselheiras de políticas culturais. Estes conselhos costumam se reunir pelo menos uma vez por mês (30%) e os demais só se reúnem quando deman-

dados ou com frequência de dois, ou mais meses entre as reuniões.

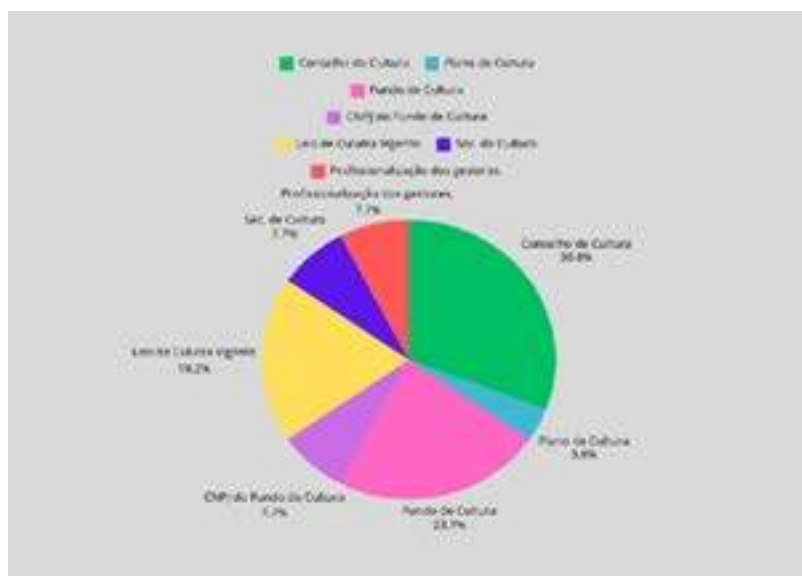
No que concerne à presidência dos Conselhos, três são presididos por mulher e demais têm em sua presidência homens héteros. Quanto à escolaridade, três das pessoas que atuam na presidência possuem graduação ou mestrado completo e as demais pessoas, em sua maioria, concluíram o ensino médio. A origem e ocupação das pessoas na presidência destes Conselhos advêm de diversos setores e a maioria não tem uma relação ou compromisso com a área artística/cultural.

Ao assinar o Protocolo intenções, os municípios e o Governo Estadual pactuam uma série de compromissos que incluem: a implantação de órgãos específicos para a gestão cultural; de Conselhos municipais de Cultura; de Planos municipais de Cultura, de sistema de financiamento específico; e a realização de Conferência Municipal. O Protocolo também prevê o estabelecimento de convênios aditivos para tratar do detalhamento das ações a serem desenvolvidas e do compartilhamento de recursos financeiros.

Os conselhos de cultura são instâncias colegiadas que têm um papel consultivo e deliberativo no âmbito da política cultural. Eles são parte da estrutura básica dos órgãos de administração pública que se encarregam da política cultural em cada esfera de governo. Os conselhos de cultura são importantes porque estabelecem a articulação entre o poder público e a sociedade civil. A sociedade civil atua como fiscalizadora da gestão, o que permite que o poder público atue e que os demais elementos do Sistema Municipal de Cultura sejam constituídos. (Sistema Estadual de Cultura, 2009, p 13)

Quanto à existência de Fundos Municipais de cultura, vê-se que, há indicação das leis de sistemas, mais não há vigentes legislações que criam os fundos municipais de cultura, ou a regulamentação de ferramentas para execução efetiva dos fomentos.

É agravante quando notamos que apenas dois



Dados dos Sistemas Municipais de Cultura — Território da Bacia do Rio Corrente.

municípios informam que esses fundos têm CNPJ próprio, e apenas dois, contam com conta bancária específica para tal finalidade. No que tange à existência de planos municipais de cultura, observa-se uma fragilidade ainda maior, considerando que apenas um município informa ter implementado este elemento fundamental para contribuir na efetividade do sistema cultural municipal. O grande desafio da gestão das políticas culturais é histórico e, na atualidade, a prática se consolida com o autoritarismo vigente, a ausência, a descontinuidade e as incertezas.

Quanto aos retrocessos, podemos observar municípios que haviam construído seus sistemas de cultura, alcançado autonomia para direcionar os mecanismos de desenvolvimento cultural. Mas ao não consolidar esses avanços com políticas culturais de estado, mediante ao autoritarismo vigente, vem a descontinuidade, o desmoronamento no que se refere à falta de políticas e programas culturais adequados e consistentes, o que pode levar à negligência e ao abandono de artistas e projetos culturais. No território do Corrente, o município de Tabocas do Brejo Velho possui o sistema de cultura implementado, funcionando como elemento fundamental para contribuir na efetividade da gestão cultural municipal.

A conjugação de ausência e autoritarismo produz instabilidade, a terceira triste tradição. Ela tem, de imediato, uma faceta institucional. Muitas das entidades culturais criadas têm forte instabilidade institucional derivada de um complexo conjunto de fatores: fragilidade, ausência de políticas mais permanentes, descontinuidades administrativas, desleixo; agressões de situações autoritárias, etc.

A trajetória brasileira das políticas culturais produziu tristes tradições e enormes desafios. Estas tristes tradições podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade. (Rubim, 2007a)

Considerações finais

As políticas públicas culturais na Bahia, especialmente na região Oeste, enfrentam desafios significativos que afetam diversos grupos sociais, incluindo produtores, agentes culturais, povos originários, ciganos e quilombolas. A análise das gestões da Secretaria de Cultura da Bahia revela tanto avanços quanto retrocessos, destacando a importância da territorialização e da inclusão de diferentes vozes nas decisões culturais.

É essencial que as políticas públicas sejam

implementadas de maneira a considerar as especificidades de cada grupo, promovendo um acesso equitativo à cultura. A formação qualificada de gestores culturais, com ênfase em planejamento estratégico e financiamento, é fundamental para garantir que as iniciativas culturais sejam eficazes e sustentáveis.

A promoção da diversidade cultural deve ser uma prioridade, não apenas para fortalecer a cultura local, mas também para transformar desigualdades históricas em oportunidades. Uma gestão cultural inclusiva e participativa é crucial para que a cultura seja valorizada como um bem comum, acessível a todos, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

As conclusões sugerem que a construção de uma gestão cultural inclusiva e participativa é fundamental para transformar desigualdades históricas em oportunidades, valorizando a cultura como um bem comum. O futuro das políticas culturais na Bahia depende da capacidade de ouvir e integrar as vozes de todos os grupos sociais, assegurando que a diversidade cultural seja celebrada e acessível.

Portanto, é imprescindível que as futuras políticas culturais sejam elaboradas com a participação ativa dos diversos grupos sociais, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Somente assim será possível promover uma cultura que reflita a riqueza e a diversidade do nosso povo.

Por fim, este estudo pretende contribuir para a construção de uma gestão cultural inclusiva e participativa, fundamental para transformar desigualdades históricas em oportunidades e para valorizar a cultura como um bem comum, acessível a todos.

Referências

- CALABRE, L. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. In: **Gilberto Gil – II Seminário Políticas para Diversidade Cultural**. UFBA, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=93hRCuKXbBg&t=5s&ab_channel=Semin%C3%A1rioPol%C3%ADticasparaDiversidadeCultural. Acesso em: 14/11/2024.
- Circuito das Artes SESC/SP. Disponível em <https://centrodepesquisaformacao.sescsp.org.br/>. Acesso em: 05/10/2024.
- MUNIC. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19879-suplementos-munic2.html?edicao=10637>. Acesso em: 25/12/2024.
- Painel de dados. **Observatório Itaú Cultura**. Disponível em: <https://d2ebqe9jws3qb1.cloudfront.net/observatorio/paineldedados>. Acesso em: 05/10/2024.
- Panorama Municípios Culturais. *SecultBA – Secretaria de Cultura – Governo do Estado da Bahia*.
- Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc. Disponível em: <http://obec.ufba.br/lab>. Acesso em: 25/12/2024.
- Pensar o futuro das artes e da cultura: o papel dos municípios. Disponível em: <https://centrodepesquisaformacao.sescsp.org.br/atividade/dialogos-sobre-gestao-cultural-2022>. Acesso em: 05/10/2024.
- Revista Observatório Itaú Cultural, números: N. 1 – Indicadores e políticas públicas para a cultura; N. 2 – Mapeamentos de pesquisas sobre o setor cultural; N. 4 – Reflexões sobre indicadores culturais. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/>. Acesso em: 17/08//2024.
- RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.
- RUBIM, A. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NAUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007. p. 139-158.
- VICH, V. Desculturalizar a cultura: desafios atuais das políticas culturais. *PragMATIZES: revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, ano 5, n. 8, p. 10-21, 2015.
- SEI BAHIA https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2289&Itemid=1043&lang=pt. Acesso em: 20/06/2024.
- SEI BAHIA/IBGE https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284&lang=p. Acesso em: 20/06/2024.

Recebido 13/03/2025

Aprovado 29/08/2025